



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

ALINE ELERES DE AQUINO MEYBOM DA ROCHA

A PERSPECTIVA JUNGUIANA: O USO DO DESENHO COMO
ESTRATÉGIA DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

FORTALEZA

2008

ALINE ELERES DE AQUINO MEYBOM DA ROCHA

**A PERSPECTIVA JUNGUIANA: O USO DO DESENHO COMO
ESTRATÉGIA DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA**

Monografia apresentada ao Centro de Treinamento e Desenvolvimento (CETREDE) para a obtenção do grau de Especialista em Avaliação Psicológica.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Tania Vicente Viana

FORTALEZA

2008

ALINE ELERES DE AQUINO MEYBOM DA ROCHA

A PERSPECTIVA JUNGUIANA: O USO DO DESENHO COMO ESTRATÉGIA DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Especialização em Avaliação Psicológica, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Avaliação Psicológica, outorgado pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Data da aprovação ____/____/____

Aline Eleres de Aquino Meybom da Rocha

Aluna

Profª Drª Tania Vicente Viana
Orientadora

Profª Gláucia Maria de Menezes Ferreira
Coordenadora do Curso

Dedico este trabalho à minha tia Renilde, que, em sua luta pela vida, lembrou-me da grandeza e da responsabilidade que temos por cada momento de nossa existência (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela minha vida e por estar constantemente me oferecendo oportunidades de amadurecimento e realização pessoal.

À professora Tania Vicente Viana, pela compreensão, pela disponibilidade e pelas indispensáveis orientações e sugestões para a realização deste trabalho.

Ao meu marido, que me deu carinho, amor e pacientemente me apoiou durante esta tarefa acadêmica.

Aos meus pais, Alonso e Regina, que sempre foram os grandes incentivadores do meu caminho pelo conhecimento.

A toda a minha família e aos meus amigos, que me deram suporte e me ajudaram a acreditar em minha capacidade.

E aos demais que, de alguma forma, contribuíram na elaboração desta monografia.

RESUMO

A proposta deste trabalho é avaliar as produções gráficas através do enfoque teórico da Psicologia Analítica. A teoria junguiana pode auxiliar na compreensão do objeto de estudo psicológico, inclusive na condição de estratégia de avaliação psicológica, constituindo, assim, mais um recurso à disposição do psicólogo em sua prática clínica ou em um processo de Psicodiagnóstico, especialmente no trabalho com as técnicas projetivas gráficas. A partir de uma orientação pouco estruturada, o indivíduo responde projetando, no desenho, a sua percepção consciente e inconsciente de si e do mundo, gerada pelos conteúdos psíquicos constelados à época da aplicação da técnica. A função transcendente permite que, da tensão dos aspectos opostos da psique, surja o símbolo, que pode aparecer no desenho, e apresenta a função de transformar e redirecionar a energia instintiva, tornando-a disponível para um trabalho significativo e uma vida plena. O psicólogo devidamente qualificado pode observar aspectos do desenvolvimento psicológico do sujeito através da representação gráfica, avaliando onde e como está em seu caminho pela individuação. A conscientização de medos e fraquezas inconscientes possibilita, de fato, a sua confrontação e resolução, permitindo o crescimento psicológico do indivíduo em sua totalidade, na árdua e longa jornada por tornar-se quem verdadeiramente é.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Analítica; Produções gráficas; Psicodiagnóstico/Avaliação Psicológica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 INDIVIDUAÇÃO: A DIFÍCIL BUSCA DA TOTALIZAÇÃO DA PERSONALIDADE	8
2 AS TÉCNICAS PROJETIVAS GRÁFICAS NO PSICODIAGNÓSTICO	18
3 A COMUNICAÇÃO SIMBÓLICA E A INTERPRETAÇÃO GRÁFICA	35
CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS.....	46

INTRODUÇÃO

O início da avaliação psicológica foi marcado, de acordo com Cunha (2003), por estratégias de avaliação predominantemente psicométricas, psicanalíticas e comportamentais. Nas últimas décadas, esta configuração vem sendo transformada por uma tendência a mesclar estratégias de diferentes abordagens teóricas como um recurso científico para conhecer o objeto de estudo psicológico.

Para Jung (1985, CW XVI / 1 § 1), os dados psicológicos podem ser avaliados de diferentes maneiras. Respeitando outras teorias e outros métodos, acreditava na complexidade do psiquismo e na necessidade de múltiplos enfoques para abordar, investigar e compreender a sua essência. Em sua reflexão, as contradições, observadas em qualquer ramo da ciência, comprovariam que a riqueza de atributos do objeto de estudo, cujas propriedades seriam apreendidas através de antinomias.

Conforme a idéia de utilizar diferentes estratégias para a compreensão da psique, esta monografia trata de uma reflexão psicológica sobre as produções gráficas (as que fazem parte de um processo de Psicodiagnóstico ou de outros contextos clínicos), tendo como orientação a fundamentação teórica da Psicologia Analítica de Jung.

Selecionamos o desenho para o estudo por ser este um recurso bastante utilizado e pesquisado, além possuir características singulares de expressão do conteúdo psíquico, envolvendo amplas possibilidades de abordagens.

Iniciamos o estudo, no primeiro capítulo, apresentando a teoria de Carl Gustav Jung, tratando também de suas idéias sobre a prática analítica. Em seguida, no segundo capítulo, abordamos as técnicas projetivas gráficas no contexto do Psicodiagnóstico. E, finalmente, no terceiro capítulo são levantadas possibilidades do uso do desenho como um instrumento da prática clínica psicológica, através da fundamentação teórica junguiana.

1 INDIVIDUAÇÃO: A BUSCA POR UMA PERSONALIDADE COMPLETA E UMA VIDA PLENA DE SENTIDO

As estratégias de avaliação psicológica, segundo Cunha (2003), aplicam-se a uma diversidade de abordagens e recursos à disposição do psicólogo no psicodiagnóstico. A teoria elaborada por Carl Gustav Jung, na condição de um enfoque teórico que pode ser adotado pelo psicólogo, é uma estratégia de avaliação que enriquece significativamente a avaliação psicológica. Apresentamos, neste estudo, algumas idéias e conceitos junguianos, além de abordar noções sobre a análise e a prática com esta fundamentação teórica, sem ter a pretensão de encerrar completamente o tema.

O conceito de complexo foi a primeira contribuição de Jung à Psicologia Moderna (SILVEIRA, 1975). Sua descoberta aconteceu através de experiências com o *Teste de Associação de Palavras*, o qual, segundo Samuels (1988, p. 212), foi “[...] inventado por Galton e adotado e modificado por Wundt, que queria descobrir e estabelecer a lei que governa a associação de idéias”. Esse teste foi ainda estudado por Aschaffenburg, Kraepelin e Ziehan antes de ser utilizado por Jung na pesquisa da liberação da tensão nos surtos de esquizofrenia e, posteriormente, na detecção e análise dos complexos (SAMUELS, 1988). O seu procedimento básico era a apresentação de uma lista de palavras aos sujeitos, aos quais se pedia que respondessem a cada uma delas com uma associação (MCNEELY, 1995).

De acordo com McNeely (1995), o processo de associação psíquica evidenciou a presença de grupos de complexos: representações individuais selecionadas e agrupadas com combinações mais amplas por um sentimento. Segundo a autora,

“O Teste de Associação de Palavras provou existência de influências inconscientes e mostrou um meio de investigá-las empiricamente, por exemplo, através dos tempos de reação, bloqueio, falsificação e mensurações fisiológicas, como resposta galvânica da pele e curvas de respiração” (p. 21).

Jung (1998, CW VIII / 2) entendia o complexo como uma imagem formada por várias situações psíquicas fortemente carregadas de emoção e incompatíveis com as atitudes da mente consciente. Essa imagem teria forte coesão interna, uma totalidade própria e um grau relativamente elevado de autonomia. Silveira (1975, p. 38) afirma que Jung também admitiu a existência de outra natureza de complexos, aqueles “[...] que seriam ‘manifestações

vitais' da psique, feixes de forças contendo potencialidades evolutivas que, todavia, ainda não alcançaram o limiar da consciência e irrealizadas, exercem pressão para vir à tona”.

O núcleo de significado do complexo, em torno do qual se ligam os conteúdos, é arquetípico (HALL, 2000). Segundo Whitmont (2002, p. 66),

“O núcleo arquetípico pode ser descrito da melhor forma em termos de seus aspectos dinâmicos e formais. O aspecto dinâmico refere-se à energia, à expressão *'per se'* – ações, reações, padrões de emoção e de comportamento – que é posta em jogo através das formas da casca pessoal do complexo. O aspecto formal envolve preceitos – experiências representativas – normalmente na forma de imagens de sonho ou de fantasia, mas algumas vezes na forma de experiências auditivas e, ocasionalmente, de experiências de um dos outros sentidos. Todas essas manifestações podem ser encaradas como correspondentes a temas mitológicos¹”.

Para Jung (1998, CW VIII / 2, § 435), arquétipos “[...] são formas típicas de comportamento que, ao se tornarem conscientes, assumem o aspecto de representações, como tudo o que se torna conteúdo da consciência”. Outras definições de arquétipo aparecem na obra de Jung, complementando-se, como: “[...] significa uma marca-impressão, um agrupamento definido de caracteres arcaicos, que, em forma e significado, encerra motivos mitológicos” (1972, p. 60); “[...] são fatores formais responsáveis pela organização dos processos psíquicos inconscientes: são os padrões de comportamento” (2000, CW VIII / 3 § 841); “[...] representa uma probabilidade psíquica, porque retrata os acontecimentos ordinários e instintivos em uma espécie de tipos” (2000, CW VIII / 3 § 954); “[...] são o resultado formado por inúmeras experiências típicas de toda uma genealogia; [...] são os resíduos psíquicos de inúmeras vivências do mesmo tipo; [...] descrevem a média de milhares de experiências individuais apresentando uma imagem da vida psíquica dividida e projetada na mitologia” (1991, CW XV § 127).

Silveira (1975) explica que o arquétipo funciona como um nódulo de concentração de energia psíquica em estado potencial que, quando se atualiza, toma forma e se torna a imagem arquetípica. A autora enfatiza que não se pode chamar essa imagem de arquétipo, pois este é unicamente uma virtualidade. Jung (2002, CW IX / 1 § 155) esclarece que o arquétipo não deve ser entendido quanto ao seu conteúdo, como se fosse uma idéia, mas sim quanto à sua forma; é um elemento vazio e formal em si, uma possibilidade dada *a priori*

Whitmont (2002) explica que as imagens mitológicas que simbolizam o centro do complexo são assim chamadas por estarmos familiarizados com elas através de sua aparição em mitos, histórias, contos de fadas e formas religiosas tradicionais de todos os tempos, lugares e épocas.

da forma da sua representação. Segundo o autor, uma “[...] imagem primordial só pode ser determinada quanto ao seu conteúdo, no caso de tornar-se consciente e, portanto preenchida com o material da experiência consciente”.

Os arquétipos são conteúdos da concepção junguiana de inconsciente. Com base em Samuels (1988), o termo inconsciente é usado por Jung tanto para descrever conteúdos mentais que são inacessíveis à consciência, como para delimitar um espaço psíquico na estrutura psíquica com caráter, leis e funções próprias.

O conceito junguiano de psique é constituído de todos os processos psíquicos, os conscientes e os inconscientes (SAMUELS, 1988). Jung (1972) afirma que tudo o que sabemos a respeito do inconsciente foi transmitido pelo consciente, que, apesar disso, é somente um fenômeno intermitente, capaz de apreender poucos dados simultâneos num momento, restringindo-se à percepção de instantes de existência.

“A consciência não cria a si mesma – ela jorra de profundezas desconhecidas. Desperta gradualmente na infância, e durante toda a vida nasce todas as manhãs das profundezas do sono, saída de uma condição inconsciente. É como uma criança que nasce diariamente do útero primordial do inconsciente... Ela não apenas é influenciada pelo inconsciente como também emerge continuamente dele sob a forma de inúmeras idéias espontâneas e lampejos repentinos de pensamento” (JUNG, CW XI, § 935 apud SHARP, 2005, p. 32).

Samuels (1988) comenta que a consciência é função da atividade que mantém a relação de conteúdos psíquicos com o ego, desde que fossem percebidas por este. Para um conteúdo psíquico tornar-se consciente, obrigatoriamente tem que se relacionar com o ego, o centro da consciência e definido como “[...] um complexo de elementos numerosos formando, porém, uma unidade bastante coesa para transferir impressão de continuidade e de identidade consigo mesma” (SILVEIRA, 1975, p. 71). Segundo Jung (1988, CW IX / 2), o ego é o sujeito de todos os atos conscientes da pessoa e o representante da personalidade empírica. Samuels (1988) lembra que o ego deve ser considerado como uma instância subordinada às necessidades de uma outra, o *Si-mesmo*, o verdadeiro centro ordenador da personalidade.

Jung (1998, CW VIII / 2 § 382) afirma que os conteúdos do inconsciente são:

“[...] tudo o que conheço, mas em que não estou pensando no momento; tudo de que um dia eu estava consciente, mas que atualmente estou esquecido; tudo o que meus sentidos percebem, mas minha mente consciente não considera; tudo o que sinto, penso, recordo, quero e faço involuntariamente e sem prestar atenção; todas as

coisas futuras que se formam dentro de mim e somente mais tarde chegarão à consciência [...]”.

O inconsciente é composto de partes distintas: o inconsciente pessoal e o inconsciente coletivo (JUNG, 1972). A primeira, segundo Silveira (1975), refere-se ao que é de mais superficial no inconsciente, cuja fronteira com o consciente é imprecisa: percepções subliminares de carga energética insuficiente para estar na consciência; combinações de idéias ainda bastante fracas e indiferenciadas; impressões de acontecimentos vividos durante o curso da vida e desconsiderados pela memória consciente; recordações dolorosas demais para serem lembradas; complexos; e a soma das qualidades que nos são inerentes, porém, que nos desagradam e que ocultamos de nós próprios, nosso lado negativo, escuro.

Já o inconsciente coletivo refere-se às camadas mais profundas do inconsciente, ao que é o substrato hereditário comum da psique do ser humano, transcendendo todas as diferenças de cultura e de atitudes conscientes (SILVEIRA, 1975). Para Samuels (1988), o inconsciente coletivo é o lugar central da atividade psicológica e seus conteúdos jamais se relacionaram com a consciência.

O inconsciente pessoal é constituído em grande parte por complexos, já o conteúdo do inconsciente coletivo consiste essencialmente de arquétipos (JUNG, 2002, CW IX / 1). Segundo Silveira (1975), no inconsciente coletivo, Jung percebeu um centro ordenador, de onde emana uma fonte de inesgotável energia, o *Si-mesmo*. Como regulador da psique, o Si-mesmo atua como ‘princípio *a priori* de configuração em nós’, sendo a razão e origem da personalidade individual e governando a construção do ego, no entanto, só podendo se efetivar na vida atual por meio deste (KAST, 1997).

Quando o consciente e o inconsciente ordenam-se em torno do Si-mesmo, a personalidade se completa (SILVEIRA, 1975). A este movimento de circumbulação (andar em torno) do Si-mesmo, Jung dá o nome de processo de individuação (SAMUELS, 1988). Para Kast (1997), individuar é fazer o indivíduo se tornar a pessoa que realmente é através do relacionamento dialógico e simbólico entre consciente e inconsciente. O eixo ego-Si-mesmo é uma expressão usada para descrever a relação entre ambos (HALL, 1997).

De acordo com Samuels (1988, p. 108), o “Termo individuação foi adotado por Jung, através do filósofo Schopenhauer, porém se reporta a Gerard Dorn, um alquimista do século XVI. Ambos falam do *principium individuationis*”. Segundo Silveira (1975, p. 87),

“O todo tende a realizar o que existe nele em germe, a crescer, a completar-se. O homem é capaz de tomar consciência desse desenvolvimento e de influenciá-lo. Precisamente no confronto do inconsciente pelo consciente, no conflito como na colaboração de ambos é que os diversos componentes da personalidade amadurecem e unem-se numa síntese, na realização de um indivíduo específico e inteiro”.

Individuar é manifestar, na vida, o potencial inato e congênito da pessoa (HALL, 1995). Kast (1997) afirma que o processo de individuação consiste, essencialmente, no âmbito dos conteúdos vivificados, do inconsciente e do consciente se ligarem um ao outro no símbolo e, assim, possibilitarem o desenvolvimento criativo da personalidade. Segundo Jung (1991, CW XV), o verdadeiro símbolo é vivo; é a expressão de uma essencialidade desconhecida, de algo significativo para o qual não há, no momento, uma formulação melhor. O que é capaz de unir os opostos é uma afirmação metafórica, o símbolo, que “[...] transcende o tempo e o conflito, nem aderindo nem participando de um ou de outro lado, mas de alguma forma comum aos dois e oferecendo a possibilidade de uma nova síntese” (SAMUELS, 1988, p. 83). O símbolo é uma linguagem universal infinitamente rica, que se expressa através de imagens que transcendem as problemáticas específicas dos indivíduos (SILVEIRA, 1975). “Expericiamos os símbolos nas imagens oníricas, em fantasias, em metáforas poéticas, em contos de fadas, em mitos, na arte, etc.” (KAST, 1997, p. 20).

Segundo Samuels (1988), a função que conecta os opostos na psique é a função transcendente, a qual se expressa através dos símbolos. É essa função que permite a resolução potencial de qualquer conflito com o sustento consciente da tensão entre os opostos.

“(Um conflito) requer uma solução real e precisa de uma terceira coisa na qual os opostos possam se unir... Na natureza, a resolução dos opostos é sempre um processo vigoroso: ela age simbolicamente no sentido mais verdadeiro da palavra, fazendo algo que expressa os dois lados” (JUNG, CW XIV, § 705 apud SHARP, 2005, p.153).

Sharp (2005) alerta para o fato de que o objetivo da individuação não é perfeição, mas a totalidade. Segundo Jung, (1999, CW XVI / 1) a meta só é importante como idéia; o essencial é o trabalho que fazemos em nós mesmos, que nos conduz à meta de nossa vida. Silveira (1975) explica que o processo de individuar visa a que a pessoa se complete e, para essa realização, deve encontrar um modo de aceitar o fardo de conviver conscientemente com tendências opostas, irreconciliáveis e inerentes à sua natureza.

A individuação é um objetivo em potencial, cuja idealização é mais fácil que sua realização (SAMUELS, 1988); é mais a busca do que o alvo, mais direção a seguir do que local de chegada (HALL, 1995). Desse modo,

“Como as possibilidades arquetípicas são muito vastas, qualquer processo de individuação deve com certeza ficar aquém da realização de tudo o que é inatamente possível. O fator importante, por conseguinte, não é a soma de realização, mas se a personalidade está sendo fiel às suas próprias potencialidades mais profundas, em vez de simplesmente ceder às tendências egocêntricas e narcisistas ou de se identificar com papéis culturais coletivos” (HALL, 2000, p. 25).

Para Silveira (1975), a psique humana é tão complexa, sendo tão intrincados os componentes do ego consciente, tantas as possibilidades, que o processo de totalização da personalidade não pode ser um caminho reto e curto, mas ao contrário, será um percurso longo e difícil. Ocorre que o ego em processo de individuação alcança, repetidas vezes, pontos nos quais deve transcender a imagem que fazia de si mesmo até então e essa é uma experiência dolorosa, pois freqüentemente se identifica com imagens que faz de si, acreditando que essas imagens sejam a pessoa real (HALL, 1995).

Segundo Samuels (1988), individuação é um processo que exige uma diferenciação para que uma pessoa possa se tornar ela mesma, inteira e indivisível: necessita se distinguir de outras pessoas e de suas projeções inconscientes. Para Sharp (2005), tudo o que não temos consciência em nós é projetado de modo inconsciente em outras pessoas, o que nos faz ver “[...] nos outros tanto nossas piores características quanto nosso potencial não desenvolvido” (p. 19).

Para Jung (2002, CW VII / 2 § 373), a individuação é desejável e necessária, “[...] caso contrário, sua fusão com os outros levaria a situações e ações que colocariam o indivíduo em desarmonia consigo mesmo. Dos estados de mistura inconsciente e de individuação brotam compulsões e ações que se opõem àquilo que se é realmente”.

As principais etapas do processo de individuação foram abordadas por Jung (SILVEIRA, 1975). A primeira seria a diferenciação da *persona*. O termo latino *persona*, em Psicologia Analítica, caracteriza as expressões do impulso arquetípico para uma adaptação à realidade externa e à coletividade (WHITMONT, 2002). A *persona* é o que se usa para

confrontar o mundo, assim como uma identidade sexual, um estágio do desenvolvimento, um *status* social, um trabalho ou uma profissão (SAMUELS, 1988).

Diversas vezes, a *persona* é entendida de modo negativo, em contraste com a personalidade verdadeira vivenciada pelo ego; entretanto, esse é um entendimento errôneo da sua função, pois ela é simplesmente a estrutura de relacionamento com a situação consciente coletiva, análoga ao conceito de papel em teoria social (HALL, 2000). Segundo Sharp (2005),

“A *persona* é simplesmente o que mostramos para o mundo exterior, geralmente aspectos ideais de nós mesmos. Trata-se de um complexo que passa a existir como uma maneira de nos adaptarmos ao ambiente que nos cerca. É por isso que ele é chamado de funcional: facilita o modo como funcionamos [...]” (p. 50).

A *persona* é um sistema útil de defesa, mas Silveira (1975) alerta para o cuidado que se deve ter para que não seja tão excessivamente valorizada a ponto do ego identificar-se com ela. Com um desenvolvimento psicológico adequado, acontece a diferenciação entre o ego e a *persona*, ou seja, é preciso que o indivíduo se torne consciente de si como um ser humano separado das exigências da sociedade, desenvolvendo um senso de realidade e uma capacidade de julgamento que não sejam iguais aos padrões e expectativas externas, mas sem deixar de dar-lhes atenção (WHITMONT, 2002).

Outro passo no sentido da individuação é a capacidade de perceber e se relacionar com a sombra. O conceito de sombra, na teoria junguiana, é entendido como sendo praticamente os aspectos ocultos ou inconscientes, tanto bons quanto maus, que o ego reprimiu ou nunca percebeu (SHARP, 2005). Para Silveira (1975), a sombra é formada, por um lado, de pequenas fraquezas, aspectos imaturos ou inferiores, complexos reprimidos, forças verdadeiramente maléficas, negrimes assustadores e, por outro lado, também são “[...] qualidades valiosas que não se desenvolveram devido a condições externas desfavoráveis ou porque o indivíduo não dispôs de energia suficiente para levá-las adiante, quando isso exigisse ultrapassar convenções vulgares” (p. 92).

De acordo com Hall (2000), se a identidade da sombra não for levada à consciência para avaliação, seus conteúdos provocarão distúrbios no funcionamento normal do ego, pois, se a integração da sombra não acontecer, seu conteúdo tenderá a ser projetado em outras pessoas (geralmente do mesmo sexo do ego). Se deixarmos de projetar a sombra no

outro e ficarmos conscientes do que há em nós, então podemos nos relacionar melhor com o outro, que pode deixar de ser constantemente o errado, o feio e o ruim (SILVEIRA, 1975).

“Usualmente o ego sabe que pode se identificar e deixar de se identificar com os papéis da persona ao passo que em geral ignora poder também se identificar ou não com as identidades da sombra [...] A persona parece opcional, a sombra parece compulsiva, embora ambas sejam simplesmente papéis da identidade do ego que se mantêm em diferentes níveis de tensão, no relacionamento com outros componentes estruturais da psique” (HALL, 2000, p. 88).

Jung (2002, CW IX / 1 § 61) afirma que o confronto com a sombra é obra do aprendiz, no entanto, o confronto seguinte, com as figuras da *anima* ou do *animus*, é a obra-prima do processo de tornar-se inteiro. Segundo o autor, “a relação com a anima é outro teste de coragem, uma prova de fogo para as forças espirituais e morais do homem”. Para Sanford (1987), essas palavras foram derivadas por Jung do termo latino *animare*, que quer dizer animar, avivar, porque pensou a anima e o animus semelhantes a almas ou espíritos animadores, vivificadores, para homens e mulheres. “A definição mais simples e mais antiga que Jung apresentou é a de que a anima personifica o elemento feminino no homem, e o animus personifica o elemento masculino na mulher” (SANFORD, 1987, p. 20).

A anima e o animus tendem a ser personalidades parciais ou separadas e, para o processo da individuação, é necessário integrá-las, possibilitando assim sua expressão, de modo que se saiba como são essas outras personalidades, como sentem, pensam e agem (WHITMONT, 2002). Para Sanford (1987), é possível conhecer a anima e o animus através da sua projeção, pois, da mesma forma que ocorre com outros elementos inconscientes, ambos são projetados nos outros, sendo que “[...] os homens, identificados com sua masculinidade, tipicamente projetam seu lado feminino sobre as mulheres, e as mulheres, identificadas com sua natureza feminina, tipicamente projetam seu lado masculino sobre os homens” (p. 21). Hall (2000) explica que o ego e a sombra são, primordialmente, estruturas de identidade, ao passo que a persona e a anima ou o animus são, em primeiro lugar, estruturas de relação.

Para Jung (1981, CW XVII), ao tratar de um relacionamento psíquico, pressupomos uma consciência, pois é preciso ser consciente de si mesmo para poder distinguir-se do outro e, assim, relacionar-se com ele. Ao projetar a anima ou o animus em outra pessoa, estamos nos relacionando com o arquétipo e este:

“[...] nunca coincide com uma pessoa individual, tanto menos quanto mais individual for a pessoa. Na verdade a individualidade é o contrário do arquétipo, pois o individual é exatamente aquilo que de alguma forma não é típico, e sim talvez a mistura única e original de traços típicos” (JUNG, E., 2003, p. 24).

No processo da retirada das projeções da anima ou do animus, o ego é ampliado, aumentando a sua conscientização (HALL, 2000). Ao se integrarem essas estruturas relacionais à consciência, é atenuado o seu controle, proporcionando, cada vez mais, a liberdade pessoal e a empatia com os outros (YOUNG-EISENDRATH, 1995). Segundo Benedito (1996, p. 24),

“O desenvolvimento do vínculo dependerá da capacidade dos indivíduos de lidar com a frustração com que se deparam quando a imagem idealizada não corresponde mais ao comportamento do outro; e também dependerá da condição psicológica dos envolvidos para reestruturarem o vínculo em bases mais reais”.

O reconhecimento da sombra, a dissolução de complexos, a conscientização de projeções, a assimilação de aspectos parciais do psiquismo, ou seja, o confronto entre consciente e inconsciente, produz um amadurecimento da psique que é o processo individuação, quando o homem torna-se um ser completo (SILVEIRA, 1975). “É somente vivendo o processo, aceitando o que acontece e depois refletindo a respeito, que podemos descobrir o significado da nossa vida” (SHARP, 2005, p. 40).

Segundo Samuels (1988), a transformação da psique pode resultar tanto de um evento natural como de um processo técnico, como a análise. Para Hall (1995), a individuação é um processo natural que ocorre em todos, mas a análise junguiana pode ativá-lo, torná-lo mais consciente e acelerar-lhe a velocidade de ocorrência.

O objetivo da análise junguiana é auxiliar a transição de uma atitude de oposição entre consciente e inconsciente para uma atitude dialética de compensação e de cooperação entre ambos, através da busca simbólica do analisando da compreensão e da experimentação na vida real, dos palpites e mensagens do inconsciente (WHITMONT, 2002). Segundo Hall (1995, p. 158), “a análise é um processo formal de auto-reflexão e compreensão, destinada a libertar as pessoas da submissão desnecessária aos complexos dominantes em sua psicologia pessoal”; a análise fornece um meio para se encontrar o caminho da própria individuação, que se traduz em uma vida mais profunda, cheia de significados.

“No consultório de Jung, as pessoas dançavam, cantavam, representava, faziam mímica, tocavam instrumentos musicais, pintavam, modelavam argila [...]” (1995, MCNEELY, p. 52). Na prática analítica, muitas técnicas imaginativas podem ser usadas para facilitar a conscientização de aspectos do inconsciente, tais como a imaginação ativa², o trabalho com barro, a dança, a caixa de areia, a pintura e o desenho (HALL, 2000).

Além da utilidade no espaço da análise, as idéias de Jung sobre a estrutura da personalidade e de seu processo de interação na busca do ser humano pela individuação podem ser um valioso recurso no campo do Psicodiagnóstico, principalmente no trabalho com as técnicas projetivas gráficas. De acordo com Cunha (1993), as referidas técnicas fazem parte das estratégias de avaliação da personalidade e se fundamentam teoricamente na existência de um inconsciente, que é capaz de expressar seus conteúdos projetiva e simbolicamente através de um material gráfico.

² Segundo Jung (1980, CW XI / 5), *imaginação ativa* é um método com vistas ao desligamento da consciência, para ajudar conteúdos inconscientes a se expandirem. Jung começou a descobrir essa técnica experimentando-a em si mesmo em 1916, mas a descreveu somente em 1929, no livro *O segredo da flor de ouro*, de Richard Wilhelm (VON FRANZ, 1999). A imaginação ativa é um método de introspecção, que consiste na observação do fluxo de imagens interiores: concentra-se a atenção em uma imagem onírica que causa impacto (ou em uma impressão visual) e que é ininteligível; uma seqüência de fantasias é gerada por essa concentração intencional; então, cada fragmento da fantasia reconhecido como significativo deve ser examinado e compreendido à luz do material associativo em que está contido (JUNG, 2002, CW IX/1). Para Von Franz (1999), a imaginação é um ato criativo de libertação; uma forma de influenciar o inconsciente que se distingue de outros tipos de fantasia, no sentido de que a totalidade da pessoa participa conscientemente do evento.

2 AS TÉCNICAS PROJETIVAS GRÁFICAS NO PSICODIAGNÓSTICO

Neste capítulo, apresentamos as técnicas projetivas gráficas que, de acordo com Van Kolck (1984), são instrumentos que podem ser utilizados em um psicodiagnóstico de modo significativo. Para realizar esta tarefa, recorreremos desde a concepção de avaliação psicológica numa perspectiva histórica, passando pela idéia do que é e de como se opera atualmente um psicodiagnóstico, até finalmente enquadrar as técnicas projetivas nesse processo.

Segundo Cunha (2003, p. 19), “as sementes da avaliação psicológica, [...], foram lançadas numa fase que abrangeu o fim do século XIX e o início do século XX, época que marcou a inauguração do uso dos testes psicológicos”. Nesse período, o diagnóstico psicológico era entendido, tanto pelo próprio profissional de psicologia como pelo público leigo, como uma situação em que o psicólogo simplesmente aplicava testes (OCAMPO, 2001).

Foi a época em que a Medicina, marcada pelas descobertas da Biologia, procurou achar as causas orgânicas das doenças mentais e enfatizou as classificações nosológicas e os diagnósticos diferenciais (CUNHA, 2003). O psicólogo, iniciando seus trabalhos no campo da avaliação psicológica, foi notadamente influenciado por este modelo do médico clínico (OCAMPO, 2001).

Cunha (2003) aponta como os pais da avaliação psicológica: Galton, com seus estudos sobre as diferenças individuais; Cattell, com a invenção dos primeiros testes mentais; e Binet, com a utilização do exame psicológico como coadjuvante da avaliação pedagógica. O psicólogo priorizava também a visão psicométrica (TRINCA, 1997) e agia basicamente como um psicometrista, o qual:

“[...] valoriza aspectos técnicos da testagem, utiliza testes para a obtenção de dados e seu produto final geralmente são traços ou descrições de capacidades que não estão relacionadas com o contexto total da pessoa e nem se voltam para os problemas singulares que ela possa estar enfrentando” (GROTH-MARNAT, 1999 apud CUNHA, 2003, p. 23).

O teste constituía praticamente um fim em si mesmo nesse modelo de investigação psicológica e o examinando era apenas um objeto parcial do processo, pois o foco era a sua reação diante dos estímulos apresentados (OCAMPO, 2001). Até então, a busca do sintoma para enquadrar em uma síndrome e rotular o paciente era o objetivo da maioria dos psicólogos dessa área (VAN KOLCK, 1984). O informe psicológico era uma série de traços ou descrições de capacidades que não eram relacionadas com o contexto do paciente, pois não apreendia o aspecto essencial da sua personalidade, e nem era voltado para seus problemas singulares (CUNHA, 2003).

Ocampo (2001) explica que o psicólogo seguiu a forma de se conduzir dos médicos por carecer de uma identidade profissional sólida e, como consequência, por não saber exatamente qual o seu papel na saúde mental, além de haver um alívio permitido pela adoção da atitude médica de neutralidade diante do paciente, que evitava as angústias que uma relação dinâmica poderia acarretar. No entanto, segundo a autora, “[...] o preço deste alívio, além da imposição externa, foi a submissão interior que o empobrecia, sob todos os pontos de vista, ainda que lhe evitasse um questionamento sobre quem era e como deveria trabalhar” (p. 7).

Assim sendo,

“Atualmente, o psicólogo utiliza estratégias de avaliação psicológica, com objetivos bem definidos, para encontrar respostas a questões propostas com vistas à solução de problemas. A testagem pode ser um passo do processo, mas constitui apenas um dos recursos da avaliação possíveis” (CUNHA, 2003, p. 19).

A avaliação psicológica possui um fim em si mesma, mas também é um caminho para outro fim: conhecer o paciente que precisa da ajuda do psicólogo (ARZENO, 1995). Para Ocampo (2001), alguns psicólogos desejavam aproximar-se autenticamente de seus pacientes e, com esse intuito, acabaram por abandonar o modelo médico e, na busca por uma outra imagem de identificação que lhes permitisse crescer e se fortalecer, encontraram a psicanálise sendo bastante difundida no âmbito universitário e a adotaram como referência. Segundo Cunha (2003, p. 24), “Freud, que provinha da melhor tradição neurofisiológica, representou o primeiro elo de uma corrente de conteúdo dinâmico, logo seguido pelo aparecimento do teste de associação de palavras de Jung”.

A psicanálise, de acordo com Ocampo (2003), ajudou o psicólogo a entender o que acontecia em seu contato com o paciente, o que foi de um valor inestimável para a consistência e utilidade clínica da avaliação psicológica, mas lhe provocou uma nova crise de identidade. Segundo a autora,

“Assim como uma vez teve de se rebelar contra sua própria tendência a ser um aplicador de testes, submetido a um modelo de trabalho frio, desumanizado, atomizado e superdetalhista, também chegou um momento em que teve de definir suas semelhanças e diferenças em relação ao terapeuta psicanalítico. Todo esse processo se deu pelo fato de ser uma profissão nova, pela formação recebida (pró ou antipsicanalista) e fatores pessoais” (p. 9).

Com a psicanálise, o paciente passou a ser percebido de maneira compreensiva e dinâmica (CUNHA, 2003) e a avaliação “[...] em vez de buscar o(s) sintoma(s) para enquadrar em uma síndrome e rotular, procurou chegar a uma descrição e compreensão da personalidade com ênfase na dinâmica do caso” (VAN KOLCK, 1984, p. 12). No entanto, ao tentar transferir a dinâmica do processo psicanalítico para a avaliação psicológica, sem considerar as características desta, acabou por desvalorizar os instrumentos que não eram utilizados pelo psicanalista (os testes) e a supervalorizar o que era usado (a técnica de entrevista livre), havendo uma distorção e um empobrecimento de caráter diferente dos anteriores (OCAMPO, 2001). Para Trinca (1997), as habilidades existentes na personalidade do profissional passaram a ser mais importantes do que os instrumentos clássicos de mensuração.

Cunha (2003) afirma que, na segunda metade do século XX, além das correntes comportamentais e psicanalistas, a avaliação passou a ser influenciada pelas linhas cognitivas e só nas últimas décadas ocorre uma tendência à integração de estratégias de diferentes abordagens teóricas como um recurso científico visando à aproximação do objeto de estudo psicológico para explicar aspectos clinicamente relevantes, pois “diferentes pacientes e categorias diagnósticas sugerem diferentes modelos teóricos” (COOPER, 1977 apud CUNHA, 2003, p. 20).

Ocampo (2003) compreende que o amadurecimento do psicólogo aconteceu quando houve a percepção que não podia assumir a identidade dos outros profissionais e foi ao encontro da sua identidade real.

Conforme a autora, para percebê-la,

“[...] teve de tomar uma certa distância, pensar criticamente no que era dado como inquestionável, avaliar o que era positivo e digno de ser incorporado e o que era negativo ou completamente alheio à sua atividade, ao que teve de renunciar. Conseguiu assim uma maior autonomia de pensamento e prática, com a qual não só se distinguirá e fortalecerá sua identidade própria, como também poderá pensar mais e melhor em si mesmo, contribuindo para o enriquecimento da teoria e da prática psicológica inerente a seu campo de ação” (p. 10).

A avaliação psicológica feita numa perspectiva clínica costuma ser chamada de psicodiagnóstico, um processo científico, que utiliza testes e outras estratégias para avaliar o paciente e seu funcionamento psicológico de modo sistemático e orientado para a resolução de seus problemas (CUNHA, 2003). Quando a avaliação psicológica objetiva estudos em outras áreas psicológicas, tais como trabalhistas, educacionais, forenses, “o psicodiagnóstico é anterior e serve de base para as conclusões necessárias nessas outras áreas” (ARZENO, 1995, p.13).

O psicodiagnóstico “derivou da psicologia clínica, introduzida por Lighter Witmer, em 1896, e criada sob a tradição da psicologia acadêmica e da tradição médica” (CUNHA, 2003, p. 23).

“Institucionalmente, o processo psicodiagnóstico configura-se uma situação com papéis bem definidos e com um contrato no qual uma pessoa (o paciente) pede que ajudem, e outra (o psicólogo) aceita o pedido e se compromete a satisfazê-lo na medida de suas possibilidades. É uma situação bipessoal, de duração limitada, cujo objetivo é conseguir uma descrição e compreensão, o mais profunda e completa possível, da personalidade total do paciente ou do grupo familiar. Enfatiza também a investigação de algum aspecto em particular, segundo a sintomatologia e as características da indicação (se houver). Abrange os aspectos passados, presentes (diagnóstico) e futuros (prognóstico) desta personalidade, utilizando para alcançar tais objetivos certas técnicas (entrevista semidirigida, técnicas projetivas, entrevista de devolução)” (OCAMPO, 2001, p. 11).

Cunha (2003, p. 26) definiu o psicodiagnóstico como:

“Um processo científico, limitado no tempo, que utiliza técnicas e testes psicológicos (*input*), em nível individual ou não, seja para entender problemas à luz de pressupostos teóricos, identificar e avaliar aspectos específicos, seja para classificar o caso e prever seu curso possível, comunicando os resultados (*output*), na base dos quais são propostas as soluções, se for o caso”.

O psicodiagnóstico objetiva encontrar os elementos constitutivos da personalidade do examinando; a explicação de sua dinâmica tal como aparece no material recolhido integrada no quadro global da sua vida; e a formulação das recomendações terapêuticas adequadas

(OCAMPO, 2001). Segundo Arzeno (1995), para a realização de um psicodiagnóstico, deve-se entender que a personalidade possui um aspecto consciente e outro inconsciente; que tem uma dinâmica interna; que cada indivíduo possui uma configuração de personalidade singular; que existe um nível e um tipo de inteligência que se influencia por interferências emocionais; que há emoções e instintos que o indivíduo pode tentar controlar e que os fatores hereditários desempenham um papel muito importante³.

De acordo com Grassano (1996), a investigação psicodiagnóstica é um processo que geralmente inicia com o encaminhamento de um paciente por parte de um outro profissional. Arzeno (1995) aponta, como o primeiro momento de um psicodiagnóstico, desde a solicitação da consulta até o primeiro contato propriamente dito, a entrevista inicial com o paciente. O contexto dessa avaliação é uma “[...] situação atípica⁴ na vida de uma pessoa e que, portanto, são esperados sinais de ansiedade, incômodo e temor, principalmente no início” (GRASSANO, 1996, p. 17).

Nas primeiras entrevistas, o psicólogo deve tentar realizar um “[...] levantamento de perguntas relacionadas com os motivos da consulta e definição das hipóteses iniciais e dos objetivos do exame” (CUNHA, 2003, p. 31). É importante diferenciar o motivo *manifesto* do motivo latente da consulta, assim como se deve procurar entender as ansiedades, defesas e fantasias do paciente e de sua família e a sua história de vida (ARZENO, 1995).

A etapa seguinte do processo psicodiagnóstico é composta do planejamento, da seleção e da utilização dos instrumentos de exame psicológico (CUNHA, 2003). É quando se reflete sobre o material colhido nas entrevistas iniciais; são traçadas as hipóteses e se decide qual a melhor estratégia de avaliação a seguir (ARZENO, 1995).

A escolha de uma bateria de testes em um psicodiagnóstico freqüentemente acontece:

³ Sendo essa justificativa para ser indicado, em alguns casos, trabalhar não somente com a história do indivíduo e o fato desencadeante da consulta, mas também estar aberto à possibilidade de incluir outros estudos complementares (ARZENO, 1995).

⁴ De acordo com Grassano (1996), o paciente está diante de uma pessoa desconhecida que lhe oferece uma relação pouco continente e diante de quem se propõe a expor múltiplas facetas de seu mundo íntimo; não conhece o meio de comunicação que o psicólogo lhe oferece (o teste), mas sabe, por outro lado, que o profissional o conhece; e imagina que alguns aspectos de sua personalidade serão mobilizados e se manifestarão de uma forma que ele não entenderá, mas o psicólogo sim; e só receberá informação sobre como foi o processo no final, na entrevista de devolução.

“[...] por duas razões principais: nenhum teste, isoladamente, pode proporcionar uma avaliação abrangente da pessoa como um todo; e por que o emprego de uma série de testes envolve a tentativa de uma validação intertestes dos dados obtidos, a partir de cada instrumento em particular, diminuindo, dessa maneira, a margem de erro e fornecendo melhor fundamento para se chegar a inferências clínicas” (EXNER, 1980 apud CUNHA, 2003, p. 109).

A bateria de testes inclui instrumentos formados pelas mais variadas vias de comunicação, tais como: falar livre, dizer o que vê numa lâmina, desenhar, imaginar o que gostaria de ser, montar quebra-cabeças ou copiar algo, no intuito de permitir a obtenção do máximo de projeção do paciente (ARZENO, 1995). Para Ocampo (2001), a bateria deve captar o maior número possível de comportamentos (verbais, gráficos e lúdicos) para possibilitar a comparação de um mesmo tipo de conduta, provocada por diferentes estímulos. A autora ressalta a importância da escolha da seqüência da aplicação dos testes, que deve ser em função da “[...] natureza do teste e do caso em questão” (p. 55), respeitando a regra de usar os testes que podem causar mais ansiedade no fim da bateria. Cunha (2003) explica que nem os testes e nem as entrevistas clínicas são ferramentas infalíveis, mas se usadas de modo complementar, há uma maior margem de segurança para um diagnóstico correto.

Após a aplicação dos instrumentos, é feito um levantamento quantitativo e qualitativo dos dados (CUNHA, 2003), que, conforme Arzeno (1995), é seguido do estudo desse conteúdo para a obtenção de um quadro o mais claro possível sobre o caso do paciente e, para tanto,

“É necessário buscar recorrências e convergências dentro do material, encontrar o significado dos pontos obscuros ou produções estranhas, correlacionar os diferentes instrumentos utilizados entre si e com a história do indivíduo e da família. Se foram aplicados testes, eles devem ser tabulados corretamente e deve-se interpretar estes resultados para integrá-los ao restante do material (p. 15).

Após a integração das informações dos testes com as hipóteses iniciais e da formulação das inferências ocorre o encerramento do processo com a devolução oral dos resultados ao paciente e/ou a seus responsáveis e a devida orientação sobre a conduta do problema (CUNHA, 2003). Segundo Grassano (1996), é preciso considerar o

desenvolvimento do indivíduo ao longo de todo o psicodiagnóstico, pois a variação de condutas em sua totalidade oferecerá adequada informação sobre distintas possibilidades de funcionamento mental. Há a possibilidade do término do processo acontecer após a elaboração de um informe psicológico, se este for solicitado (ARZENO, 1995).

As técnicas projetivas fazem parte das estratégias que o psicólogo pode dispor ao compor uma das baterias de testes em um psicodiagnóstico (CUNHA, 2003). De acordo com Trinca (1997), os testes projetivos foram novos recursos de investigação que surgiram quando o diagnóstico psicológico libertou-se de concepções estritamente mecanicistas, elementaristas, associacionistas, deterministas, racionalistas, empiristas, positivistas e pragmatistas, e “[...] pôde evoluir para uma visão humanista integradora, que considera a perturbação emocional dentro de um processo global de rupturas e reequilíbrios na personalidade (p. 22)”.

Houve um grande entusiasmo com as técnicas projetivas porque os testes psicométricos que estavam sendo utilizados até então já não atendiam a todas as demandas de avaliação e porque houve uma grande valorização do entendimento dinâmico (CUNHA, 2003). Segundo Trinca (1997, p. 11), “são conhecidas como técnicas que não se prendem à fidedignidade, à sensibilidade e à padronização próprias dos testes psicológicos, mas geralmente possuem a capacidade de conduzir uma exploração ampla da personalidade”.

Grassano (1996, p. 19) comenta sobre as referidas técnicas:

“É um meio adequado de conhecer o paciente, na medida em que o coloca diante de aspectos de uma realidade com características desestruturadas ou de estruturação pouco usual, à qual deve reorganizar apelando para modelos internos. O modo como percebe, estrutura e responde a esta situação estímulo objetiva, portanto, específicas configurações emocionais. São manifestados os meios qualitativamente distintos de vinculação objetal, os conflitos e ansiedades que dominam suas relações e as defesas que elaborou em busca de equilíbrio, o que vem dar à toda produção projetiva, um sinal distinto derivado da própria equação pessoal”.

Para Trinca (1997), diante dos estímulos incompletos ou pouco estruturados as respostas são projetadas e, assim, revelam esforços, disposições, conflitos e perturbações emocionais do paciente. O autor afirma que “[...] quanto menos diretivo e estruturado for o estímulo, maior será a probabilidade do aparecimento de material pessoal significativo (p.18)”.

Grassano (1996) explica que a produção projetiva tem qualidades diferenciais e únicas por ser constituída pela história pessoal do criador, de modo que cada produção reúne elementos históricos e episódios vitais. Segundo a autora, é possível observar, na elaboração do material projetivo, a diferenciação de graus de patologia; o grau de integração e desenvolvimento da personalidade do paciente; a diferenciação do tipo de personalidade ou de quadro psicopatológico; as defesas e os pontos de fixação dominantes que enquadram o indivíduo nos quadros nosográficos ou nas estruturas de personalidade gerais; e a dinâmica do caso individual, as condutas manifestas do entrevistado e seus sintomas.

Arzeno (1995) alerta que o psicólogo evite ser dogmático e arbitrário em relação ao material das técnicas projetivas, recomendando fazer uma correlação com outros testes, com a história clínica e com o avaliado durante as entrevistas com o paciente. “As conclusões sobre a vida mental do entrevistado só adquirem validade, se o psicólogo pode vincular as respostas emocionais, tanto com a situação projetiva (contexto geral), como com o instrumento projetivo (contexto específico) que as suscitaram” (GRASSANO, 1996, p. 20).

Dentre as técnicas projetivas que são utilizadas em um psicodiagnóstico, destacam-se as produções gráficas, que, conforme afirma Van Kolck (1984, p. 3),

“Podem ser agrupadas em quatro grandes conjuntos distribuídos entre dois extremos: o das situações muito estruturadas e o daquelas com o mínimo de estrutura possível. Em cada um desses se desenvolvem procedimentos próprios de exploração da personalidade, constituindo o que denominamos de técnicas projetivas gráficas. Numerosos e variados, apresentando níveis diferentes de elaboração e padronização, esses procedimentos podem ser assim resumidos: cópias de motivos determinados ou desenhos temáticos com modelo completo; complemento de linhas, pontos e desenhos; desenho temático sem modelo (a realização gráfica de um tema proposto) e desenhos atemáticos e pintura a dedos”.

Recomenda-se que uma bateria de testes seja iniciada com os projetivos gráficos⁵ por serem os mais simples e por causarem menos ansiedade no examinando (ARZENO, 1995). O paciente geralmente lida bem com o material usados nestes testes, pois tem pouca consciência do que poderia ser uma resposta certa ou errada, o que não aconteceria se percebesse que está fracassando em um teste de inteligência (CUNHA, 2003). O fato de “sair ileso” da primeira prova é importante, pois tranquiliza o indivíduo e pode deixar “[...] como saldo favorável a disposição de estabelecer um bom *rapport* com o psicólogo” (OCAMPO, 2001, p. 56).

⁵ Exceto quando o paciente apresenta sérios transtornos orgânicos, graves alterações do esquema corporal, ou alguma dificuldade do uso das mãos (OCAMPO, 2001).

Cunha (2003) concorda que as técnicas gráficas, por serem instrumentos não-ansiosos e mais familiares para o paciente, são recomendáveis como um recurso introdutório, principalmente quando se pressupõe que este inicia o processo de testagem com um certo grau de ansiedade. No entanto, a autora recomenda utilizar as técnicas gráficas também em outros momentos no psicodiagnóstico, por exemplo, quando se precisa lidar com uma outra situação ansiosogênica ou quando o paciente demonstra cansaço e a introdução de uma tarefa simples, breve e fácil se mostra uma opção.

A conduta gráfica tem um caráter lúdico com uma estreita relação com aspectos infantis da personalidade, e, dependendo do vínculo que o paciente mantém com estes aspectos, sentir-se-á tranqüilizado ou irritado com o desenho⁶ (OCAMPO, 2001). É preciso avaliar a qualidade ansiosogênica do instrumento com as características do examinando para a realização de uma distribuição adequada dos testes, condição fundamental para o paciente entenda que o psicodiagnóstico é um processo científico e o valorize (CUNHA, 2003).

De acordo com Grassano (1996, p. 101), os testes projetivos gráficos têm:

“[...] um papel central dentro do psicodiagnóstico porque são os que detectam, com maior precisão, os níveis profundos de integração e estruturação. [...] São os primeiros que detectam desordens psicóticas, assim como os últimos que se modificam, ainda em pessoas que conseguiram mudanças qualitativamente importantes em suas manifestações clínicas. As tentativas de disfarce consciente, quando aparecem, são mais evidentes nos testes gráficos”.

Segundo Van Kolck (1984, p.2), “[...] desde a escala métrica de inteligência elaborada por Binet e Simon em 1905, o desenho tem sido empregado ‘em’ e ‘como’ teste de desenvolvimento mental e de aptidões específicas, assim como em testes para diagnósticos especiais”. De acordo com a autora, muitas pesquisas e muitos trabalhos foram escritos sobre o desenho, ressaltando as suas possibilidades psicológicas: como uma forma de comunicação; como expressão do desenvolvimento geral⁷; como expressão de psicopatologia (especialmente na arte dos doentes mentais); como contato, investigação e tratamento na psicoterapia; como

⁶ “Se essa conduta foi normal na infância, a reação será de alívio ou agrado. Se a associa com dificuldades de algum tipo, reagirá com comentários de autojustificação, autocríticas ou críticas ao psicólogo. Pode expressar-se, sem verbalizar seu desagrado, com associações nas quais mostra seu mal-estar, ou reagir com um bloqueio total ou num negativismo aberto e declarado” (OCAMPO, 2001, p. 57).

⁷ Através de estudos que, “[...] focalizando a maturação gráfica da criança, procuram estabelecer as fases do desenvolvimento infantil ou avaliar a evolução de aspectos parcelados como objeto ou tema do desenho, noção de espaço, perspectiva e transparência, ou o papel da percepção visual e da psicomotricidade e demais aspectos psiconeurológicos ou análise do traçado e do uso preferencial da mão” (VAN KOLCK, 1984, p. 1).

recurso psicoterápico em diversas abordagens teóricas (psicanálise, análise gestáltica, análise transacional e a psicologia analítica de Jung); além de estar sendo usada no conjunto da Terapia pela arte, onde o desenho tem um valor terapêutico em si mesmo e como um instrumento indispensável no diagnóstico psicológico.

O uso projetivo do desenho propriamente dito ocorre na avaliação da personalidade, pois segundo a autora, o desenho:

“Possibilita a manifestação mais direta de aspectos de que o sujeito não tem conhecimento, não quer ou não pode revelar, isto é, aspectos mais profundos e inconscientes; isso porque, sendo um meio menos usual de comunicação do que a linguagem tem um conteúdo simbólico menos reconhecido” (p. 2).

De acordo com Hammer (1991, p. 14), várias fontes de evidência foram usadas na descoberta dos aspectos da dinâmica da personalidade observados no trabalho com o desenho: “[...] informações acerca do examinando, associações livres, traduções de símbolos mediante análise funcional e comparação de um desenho com outro desenho numa série, ou de desenhos e dados obtidos mediante o uso de outros testes”. Para Arzeno (1995, p. 85), “o interesse pelas técnicas gráficas surgiu a partir de fontes diferentes: a grafologia, a psicanálise, a teoria da Gestalt, a Psicologia do caráter e a Tipologia”.

A comunicação por meios de desenhos pode ser considerada uma linguagem elementar ou básica, pois “[...] historicamente, o homem utilizou-se de desenhos para registrar seus sentimentos e ações muito antes de empregar símbolos que registrassem especificamente a fala. Do homem das cavernas, ao longo do tempo, o homem – tanto o primitivo como o civilizado – tem expressado suas emoções, sentimentos, idéias religiosas e necessidades pela obra artística” (HAMMER, 1991, p. 2). A técnica gráfica atinge o nível do pensamento primitivo pictórico, estando no mesmo nível que o do pensamento inconsciente (BUCK, 2003).

Ricci, em 1887, realizou o primeiro trabalho sobre o desenho como fenômeno expressivo, ao ter estudado os estágios da evolução de desenhos de crianças da figura humana, concentrando-se nos aspectos estéticos e na evolução da cor e suas relações com a arte primitiva (CAMPOS, 1969). Hammer (1991) aponta Max Simon, em 1888, como um pioneiro em observar a simbolização nos desenhos de seus pacientes. Para o autor, outros pioneiros no estudo do tema foram: Nolan Lewis, que, em 1929, estudou sistematicamente as

projeções gráficas com o objetivo de identificar a dinâmica da personalidade; Kris, que, em 1952, afirmou que o processo psicológico da realização dos desenhos de pacientes é a projeção, movimento psíquico que coloca uma experiência interna no mundo externo; Piotrowski, que, também em 1952, observou que os produtos artísticos foram os primeiros elementos tratados como projeções de tendências conscientes e inconscientes da personalidade; e Dorken, que, ainda em 1952, assegurou que a avaliação psicológica da arte gráfica foi a primeira técnica projetiva estabelecida.

Em 1925, Florence Goodenough organizou o teste do boneco, baseando-se na idéia de que a representação gráfica tende a integrar-se na direção de um gradual processo de maturação psíquica (CAMPOS, 2003) e, posteriormente, observou que o seu teste avaliava não somente as capacidades intelectuais das crianças, mas também fatores de sua personalidade (HAMMER, 1991). “Usando o *Teste de Goodenough*, vários psicólogos clínicos e psiquiatras começaram a verificar que o desenho oferecia indicações seguras para o diagnóstico e mesmo prognóstico de traços de personalidade” (CAMPOS, 2003, p. 17).

Hammer (1991, p. 14) afirma que “Buck e Machover, trabalhando independentemente em Virgínia e em Nova Iorque, foram os primeiros arquitetos e os expositores mais eloqüentes no campo dos desenhos projetivos”. De acordo com o autor, tanto a técnica do desenho da Casa-Árvore-Pessoa, de Buck, como a técnica do desenho da figura humana, de Machover, como instrumento de exploração da personalidade, divulgadas respectivamente em 1948 e 1949, surgiram como um subproduto das escalas para a medida da inteligência: o primeiro nasceu como um subproduto de uma escala para medida da inteligência e o segundo originou-se de experiências com o Teste de Goodenough.

Em 1948, as pesquisas de Zucher concluíram que os desenhos são os mais fortemente sensíveis a tendências psicopatológicas do que outras técnicas projetivas (CAMPOS, 1969). Buck (2003) ressalta a importância das pesquisas de Wyatt, Bellak e Symonds, que, entre 1949 e 1953, chegaram ao entendimento de que as técnicas gráficas avaliam camadas profundas da personalidade. Segundo Arzeno (1995), Paul Schilder, em 1958, afirmou que os desenhos podiam ser estudados durante o tratamento analítico com adultos da mesma forma que o material oferecido pelos sonhos.

Multiplicaram-se tanto os estudos do desenho como forma de projeção psicológica, que até 1949, Pierre Naulle enumerou 357 autores que estudaram o desenho infantil somente em países da Europa ocidental e nos Estados Unidos (CAMPOS, 2003). Van Kolck (1968) considerou como significativos nesta área os trabalhos de: Goodenough (1928), Goodenough e Harris (1950), Naville (1950), Rioux (1951) e Dias Arnal (1959), e o estudo histórico de Stora (1963). Já Campos (2003) enumerou as obras de Sully (1898), Roubier (1901), Barnés (1893), Kerschenstein (1905), M. Verworn de Gotinga (1906), W. Stern (1906), Nagy de Budapest (1906) e Paola Bencini de Florença (1908) e Rouma (1913) entre os primeiros interessados na expressão da atividade psicológica infantil, através do desenho.

O desenvolvimento das técnicas projetivas gráficas foi baseado na suposição de que o desenho do indivíduo revela aspectos de seu mundo interno (BUCK, 2003). Considerar que essas as técnicas representam um instrumental para a exploração psicodinâmica da personalidade do sujeito implica admitir princípios teóricos específicos, tais como: a crença no inconsciente e em sua projeção através de uma linguagem simbólica (CUNHA, 1993). Ao ter o conhecimento de que o inconsciente tem uma afinidade para se expressar através de imagens pictóricas, o psicólogo tem a técnica gráfica como um recurso rápido e de fácil aplicação que pode lhe informar acerca do que importa para o paciente, do seu problema vital, de como é afetado por ele e de como pode reagir a ele (HAMMER, 1991).

Para Van Kolck (1968), a base para a consideração do desenho como representação da própria pessoa está nos estudos psicanalíticos, que consideram o conteúdo dos desenhos de forma semelhante à do conteúdo manifesto dos sonhos, e das associações livres. Freud, com uma abordagem multidimensional, tratou da complexidade da formação de símbolos e de sintomas, chegando à conclusão de que um sonho, uma fantasia ou um desenho, pode ter inúmeros significados, dependendo do campo ou da matriz organizacional que o produza⁸ (HAMMER, 1991). São pioneiros, nesta linha, além de Freud, Morgenstern (1939), McIntosh e Pickford (1941/43), Rambert (1945), Berge (1946), Dolto Murette (1948), Baudin (1951), e

⁸ “Cada desenho, sintoma, fantasia ou ato tem uma história a partir da qual foi produzido. Esta história é um campo de vetores, dinâmico e organizado. O desenho, num dado caso, é produzido por um campo único. O mesmo desenho em outro caso pode ser a resultante de um campo diferente. O campo que produz um determinado desenho multidimensional. Um desenho é econômico e sobredeterminado, ou seja, uma parte particular do desenho pode ser o resultante econômico de fatores de treinamento, de engenharia biológica, culturais e psicodinâmicos” (HAMMER, 1981, p. 62).

especialmente Jung (1962), grande pesquisador e expositor sistemático de interpretação dos símbolos nos desenhos (VAN KOLCK, 1968).

Desse modo,

“As descobertas da psicanálise relativas à dinâmica do inconsciente, assim como é a descoberta da arte simbólica das culturas pré-históricas e das civilizações antigas, nos deram uma nova perspectiva com respeito ao significado e ao valor dos elementos inconscientes nos aspectos simbólicos do desenho (p.441)” (NAUMBURG, 1955 apud HAMMER, 1991, p.12).

Segundo Hammer (1991, p.38), “[...] há uma tendência para que o homem veja o mundo de forma antropomórfica, em sua própria imagem”. De acordo com o autor, o núcleo dessa visão antropomórfica do ambiente é a projeção, o mecanismo psicológico que atribui qualidades, sentimentos e anseios próprios aos objetos do ambiente (pessoas, outros organismos, coisas). “Através da interpretação do estilo pessoal daquele que desenha, assim como do conteúdo de sua obra, o psicólogo pretende chegar mais próximo da compreensão de sua personalidade” (VAN KOLCK, 1968, p.10). Campos (2003) afirma que o indivíduo que desenha, através do tamanho, da localização, da pressão do traço e do conteúdo do desenho, comunica o que sente em vez de somente o que vê. Qualquer pessoa que produza algo a partir de sua imaginação se projeta em sua obra, sendo possível, assim fazer a análise de sua personalidade (HAMMER, 1991), pois “[...] cada ato, expressão ou resposta de um indivíduo – seus gestos, percepções, sentimentos, seleções, verbalizações ou atos motores – de alguma maneira apresenta a marca de sua personalidade” (p.1).

Grassano (1996) explica que os gráficos referem vivências nodais da história pessoal (tais como, perdas, crises mentais severas, agressões provenientes do mundo externo) e assinalam fatos que deixaram vestígios e incidiram de modo traumático ou benéfico na estruturação do ego.

Logo:

“O desenho pode ser uma projeção do autoconceito, uma projeção de atitudes para com alguém do ambiente, uma projeção da imagem ideal do eu, um resultado de circunstâncias externas, uma expressão de padrões de hábitos, uma expressão da tonalidade emocional, uma projeção das atitudes do sujeito para com o examinador e a situação, uma expressão de suas atitudes para com a vida e a sociedade em geral. É usualmente uma combinação de tudo isso. Além do mais, o desenho pode ser uma expressão consciente ou pode incluir símbolos profundamente disfarçados,

expressivos de fenômenos inconscientes” (LEVY, 1959 apud VAN KOLCK, 1968, p. 61).

Segundo Campos (1969), os desenhos do examinando representam uma amostra de seu comportamento, pois o sujeito escolhe uma conduta para desenhar na folha do papel. “A página em branco sobre a qual se executará o desenho serve como um fundo sobre o qual o sujeito pode esboçar um vislumbre de seu mundo interno, de seus traços e atitudes, de suas características comportamentais, das fraquezas e forças de suas personalidade” (HAMMER, 1991, p. 2). Um princípio básico de interpretação é que o desenho representa o indivíduo e a folha de papel, o ambiente externo a ele (VAN KOLCK, 1984). O grau em que os recursos internos estão mobilizados para lidar com conflitos psicodinâmicos determina como aparecerão as forças ou fraquezas da personalidade do indivíduo na técnica gráfica (BUCK, 2003). A integração das diferentes partes do gráfico informa, por um lado, sobre o estado das funções de percepção e juízo da realidade, e por outro lado, sobre a capacidade ou fracasso para integrar pensamento, sentimento e ação (GRASSANO, 1996).

Para a análise psicológica, é fundamental levar em consideração a origem da produção gráfica, pois existem variáveis significativas: desenhos espontâneos sem solicitação; desenhos feitos escondidos e mostrados somente em condições específicas; desenhos realizados no contexto de uma psicoterapia são diferentes de desenhos executados por solicitação na hora do exame psicológico ou pela coleta de dados de uma pesquisa (VAN KOLCK, 1984).

A percepção consciente e inconsciente do sujeito em relação a si mesmo e às pessoas significativas do seu ambiente determina o conteúdo simbólico de seu desenho, o qual pode ser compreendido mediante o estudo e a compreensão dos sonhos, dos mitos, do folclore e das produções psicóticas (HAMMER, 1991). Para que seja possível a interpretação de uma técnica gráfica, esta deve ser complementada com associações verbais (ARZENO, 1995). Grassano (1996) compreende que acessar o mundo de significados dos desenhos é difícil, pois, por um lado, não se deve realizar uma interpretação puramente simbólica; e, por outro lado, não se deve apelar ao examinando como decodificador porque a produção gráfica, por suas qualidades plásticas, supõe um código de transformações que o afasta de suas lembranças históricas, não lhe remetendo a associações e não lhe dando acesso direto na tarefa psicodiagnóstica. De acordo com a autora, [...] o inquérito para estes testes tem que conter um passo intermediário: o psicólogo deverá decodificar previamente as “zonas sinais” como indícios possíveis de enfermidades, experiências de perdas e maltrato, desenvolvimento alterado, dentre outros, e depois interrogar ao paciente sobre estes fatos delimitados” (p.389).

Campos (2003) recomenda que a projeção no desenho seja apreendida pelo clínico como uma unidade, refletindo a impressão de um todo individual, uma “*gestalt*” organizada que aparece, em toda a sua extensão, sem a necessidade de muitos cálculos e escores. Para Hammer (1991), deve-se observar o gráfico na sua totalidade com uma atenção fluante e ficar atento para a primeira impressão causada contratransferencialmente⁹, buscando perceber qual a primeira associação que é feita com o que é visto e o detalhe que mais chama a atenção, que pode ser: um contra-senso, uma omissão, uma distorção, uma adição estranha, um movimento, a monotonia, uma ênfase sobre algum ponto especial, ou uma dispersão. Arzeno (1995) comenta que se toda análise de gráficos projetivos pode partir dessa primeira captação gestáltica, é praticamente impossível estabelecer regras de interpretação para todos os protocolos.

Dessa maneira:

“As produções gráficas de distintas pessoas corresponderão pelas características de organização, a uma determinada personalidade ou quadro, mas variará a atribuição do grau de patologia em função de critérios tais como: conservação da Gestalt versus desorganização, aspecto humanizado e vital versus desvitalização, aspecto zoomórfico ou mecânico” (GRASSANO, 1996, p.143).

De acordo com Arzeno (1995), na análise, deve-se considerar o nível sócio-econômico-cultural do examinando, sua idade cronológica e o seu nível evolutivo e de maturidade, pois “[...] muitos erros de interpretação devem-se ao desconhecimento da produção típica de cada idade e de cada grupo social (p. 86)”. Também é essencial correlacionar os resultados das técnicas projetivas gráficas com os resultados de outros testes com o quadro clínico e a história do caso (HAMMER, 1991).

Segundo Van Kolck (1984), além do processo projetivo observado no desenho, é importante a análise de outros dois processos que se apresentam em inter-relação: o adaptativo e o expressivo. Segundo a autora, o processo adaptativo é avaliado em termos da adequação ao material oferecido e à tarefa solicitada, assim como a correspondência com o grupo de idade, sexo e eventualmente patologia “Quando se propõe um desenho a alguém, há sempre um processo adaptativo: o sujeito deve entender a solicitação, utilizar o material

⁹ Segundo Steinberg (1990), a contratransferência é um processo inconsciente que se dá quando o analista é afetado por conteúdos projetivos do paciente.

oferecido para a sua execução e apresentar um resultado¹⁰” (p.14). Já no processo expressivo, avaliam-se as qualidades propriamente gráficas de estilo, organização e economia que correspondem a uma forma de expressão-motora.

Campos (1969) afirma que a técnica projetiva gráfica é mais vantajosa em algumas áreas específicas, sendo uma delas o trabalho com crianças. O indivíduo desenha antes de aprender a escrever (HAMMER, 1991), por isso o desenho é de grande utilidade com crianças pequenas que não falam com clareza, mas têm um bom nível de simbolização (ARZENO, 1995). Trinca (1997) explica que há uma preferência da criança pela comunicação gráfica do que pela comunicação direta. No entanto, mesmo que estivessem conscientes de alguns dos seus sentimentos, não conseguiriam expressar, em palavras, conteúdos psíquicos que podem transmitir em um desenho (HAMMER, 1991).

Outras indicações das técnicas gráficas seriam: o trabalho com indivíduos sem ou com pouca escolaridade; com os indivíduos com problemas mentais; com os estrangeiros; com os mudos; com os tímidos; com as pessoas que se sentem inadequadas em relação ao seu modo de expressão verbal; com pessoas de orientação concreta; com os indivíduos com perturbações em leitura, que são compensatoriamente adeptos da habilidade artística para articular seus problemas emocionais e sociais; e com os evasivos, ou os precavidos (CAMPOS, 1969). Buck (2003) aconselha o uso do desenho como um meio de estabelecimento de um bom *rapport* entre analista e paciente, afirmando que “as pessoas respondem mais livremente às questões enquanto ocupadas ativamente na tarefa de desenhar” (p.143).

Para Hammer (1991, p. 63), “a quantidade de informação que pode ser obtida com esta técnica projetiva varia com a massa aperceptiva do psicólogo, com a sua compreensão, experiência e habilidade”. O autor acredita que o melhor treino para o analista de desenhos é se aprofundar no estudo do pluralismo de William James, dos símbolos lingüísticos multidimensionais de James Joyce, das interpretações de sonhos de Freud e das explorações do simbolismo por Stekel e Jung.

¹⁰ No caso infantil, deve-se realizar a análise fazendo também a correspondência do desenvolvimento do grafismo com a idade da criança (VAN KOLCK, 1984).

O trabalho de Jung foi relevante para o surgimento das técnicas projetivas gráficas por ampliar a idéia da avaliação psicológica realizar-se num viés psicodinâmico (MCCULLY, 1980); e ainda é de grande importância como uma possível forma de interpretação para o entendimento dos gráficos, enriquecendo ainda mais o Psicodiagnóstico.

3 A COMUNICAÇÃO SIMBÓLICA E A INTERPRETAÇÃO GRÁFICA

Em um gráfico, são expressas grandes quantidades de informação sobre os conteúdos psíquicos inconscientes (FURTH, 2004). O presente capítulo apresenta, através de um enfoque teórico junguiano, possibilidades de utilização do desenho como um recurso à disposição do psicólogo em sua prática clínica.

O inconsciente se expressa nas mais variadas formas e atividades, não sendo possível encontrar a sua essência em lugar algum, mas somente percebê-la em suas múltiplas formas de manifestações simbólicas (JUNG, 1991, CW XV). Jung considerava a intuição, a emoção e a capacidade de perceber e de criar por meio de símbolos “[...] modos básicos de funcionamento humano, assim como a percepção através dos órgãos do sentido e através do pensamento” (WHITMONT, 2002, p. 17).

Segundo Whitmont (2002), a psicologia do século XX orientou a sua atenção para o uso de símbolos como uma maneira útil de compreender e fazer uso dos domínios não-rationais e intuitivos da psique. No intuito de compreender a linguagem simbólica, o psicólogo é “[...] obrigado a adentrar em vários domínios, deixando o castelo seguro de sua especialidade” (JUNG, 1991, CW XV § 132).

De acordo com Jung (1985, CW VII / 2), o inconsciente não pensa; ele cria imagens que respondem à situação da consciência, as quais são cheias de idéia e de sentimento e poderão ser tudo, menos o produto de uma reflexão racionalista. O inconsciente não conceitualiza, mas “fala” imagens;

“Fala a sério e exprime, em termos simbólicos, o lado desconhecido da situação de vida da maneira que é apreendida e espelhada pelo inconsciente. [...] A linguagem e os conceitos são elementos concomitantes e produtos do desenvolvimento do ego” (WHITMONT, 2002, p. 35).

O símbolo desafia a reflexão e a compreensão (JUNG, 1991, CW XV) e, via de regra, é necessário um trabalho demorado e meticuloso, bem como a integração de muitas projeções, até que se possa entender de modo mais ou menos completo as suas proporções (JUNG, 1988, CW IX / 2).

Whitmont (2002) ressalta que um símbolo, na concepção junguiana, não deve ser confundido com uma designação abstrata livremente escolhida ligada a um objeto específico por convenção, tal como um signo. Jung (1991, VIII / 2 § 148) explica que o símbolo não deve ser apreciado semioticamente, como um sinal de processos instintivos elementares, mas simbolicamente, entendendo-se símbolo “[...] como o termo que melhor traduz um fato complexo e ainda não claramente apreendido pela consciência”. O símbolo só existe realmente “[...] quando é para o observador a expressão melhor e mais plena possível do pressentido e ainda não consciente” (JUNG, 1991, VI § 909).

Para Whitmont (2002), a consciência pode escolher entre perceber e assimilar a experiência simbólica, ou entre tentar menosprezá-la, mas ela continuará a atuar, consciente ou inconscientemente, pois não é construída conforme a vontade. O símbolo age de maneira compensatória ou complementar em relação ao estado consciente da psique (FURTH, 2004).

Jung (1991, CW VI § 774) afirma que a função compensatória do inconsciente se manifesta com tanto maior clareza quanto mais unilateral é a atitude. Segundo o autor,

“A atividade da consciência é selecionadora. A seleção exige direção. E direção exige exclusão de todo o irrelevante. Disso resulta obviamente certa unilateralidade da orientação da consciência. Os conteúdos excluídos e inibidos pela direção escolhida caem, em princípio, sob o poder do inconsciente, mas, devido à sua existência efetiva, constituem contrapeso à orientação consciente, contrapeso que, ao aumentar a unilateralidade consciente, também cresce e conduz finalmente a uma tensão. [...] Com o tempo, a tensão aumenta de tal forma que os conteúdos inconscientes inibidos se comunicam com a consciência, sobretudo por meio de sonhos ou de imagens de livre ascensão”.

Um símbolo compensatório tenta promover uma mudança na atitude consciente com o intuito de obter um equilíbrio psíquico (FURTH, 2004). As imagens simbólicas são a reação de defesa de um sistema psíquico auto-regulador; são fontes vitalmente indispensáveis de informação e orientação fornecidas pelo aspecto saudável da psique (WHITMONT, 2002).

Jung (1980, CW XI / 5 § 875) acreditava que era válido o esforço para ajudar o inconsciente a atingir a consciência, arrancando-a de seu entorpecimento. Para este fim, além do trabalho analítico com os sonhos, utilizava também a imaginação ativa, uma maneira dialética particular de lidar com o inconsciente (VON FRANZ, 1999). “As mesmas estruturas inconscientes de complexos que são traduzidas em imagens e personificadas nos sonhos podem ser trabalhadas de outras formas que utilizam o inconsciente” (HALL, 1995, p. 135).

A imaginação ativa é um método de introspecção que consiste na observação do fluxo de imagens interiores: concentra-se a atenção em uma imagem onírica que causa impacto (ou em uma impressão visual) e que é ininteligível; uma seqüência de fantasias é gerada por essa concentração intencional; então, cada fragmento da fantasia reconhecido como significativo deve ser examinado e compreendido à luz do material associativo em que está contido (JUNG, 2002, CW IX / 1). Desse modo,

“Quanto mais o indivíduo se concentra em torno de seus conteúdos inconscientes, tanto mais carregados de energia eles se tornam; este é um fato psicológico indiscutível. Tais conteúdos são vivificados, iluminados como que a partir de dentro e por assim dizer convertidos numa espécie de realidade substitutiva. Na Psicologia Analítica nós nos utilizamos metodologicamente deste fenômeno. Denominei a este método de imaginação ativa” (JUNG, 1980, CW XI / 5 § 793).

O relacionamento ativo com as fantasias emergentes pode favorecer o processo de cura de uma pessoa e estabilizar sua situação psíquica (FIERZ, 1997). Um efeito terapêutico benéfico notável ocorre quando se tenta objetivar conteúdos do inconsciente no estado desperto e se relacionar conscientemente com eles: a redução considerável da pressão exercida pelo inconsciente ao consciente (VON FRANZ, 1999).

A vantagem do método de imaginação ativa é o de trazer à luz uma grande quantidade de conteúdos inconscientes, que são a manifestação espontânea do processo de individuação (JUNG, CW IX / 1 § 320). No entanto, McNeely (1995, p. 58) observa que, para alguns indivíduos, a dimensão verbal em si não é suficiente e faz-se necessário incorporar outras técnicas não-verbais às práticas tradicionais, de modo que “[...] os fatos psíquicos possam ser experimentados mais profundamente e portas até então fechadas sejam forçadas a se abrir”.

Jung (1998, VIII / 2) considerava necessário elaborar ou desenvolver as imagens inconscientes (oníricas ou fantasiosas), mas entendia que havia os que não viam ou escutavam dentro de si com facilidade e que podiam se utilizar vantajosamente de materiais plásticos para dar uma expressão concreta aos conteúdos do inconsciente. Nesses casos, trabalhava “[...] de conformidade com o gosto ou os dotes pessoais, cada um poderia fazê-lo de forma dramática, dialética, visual, acústica, ou em forma de dança, de pintura, de desenho ou de modelagem” (§ 400). “Muitas vezes impõe-se a necessidade de esclarecer conteúdos obscuros, imprimindo-lhes uma forma visível. [...] Muitas vezes as mãos sabem resolver enigmas que o intelecto em vão lutou para compreender” (JUNG, VIII / 2 § 180).

De acordo com Hall (1997), outras técnicas imaginativas são a produção de imagens hipnoanalíticas, o uso da caixa de areia para construir cenas com pequenas figuras num tabuleiro, o psicodrama, as práticas de meditação em que o livre fluxo das imagens mentais é permitido, a redação de poemas e a escrita de cartas a pessoas significativas.

Para McNeely (1995), todas essas manifestações não-verbais inconscientes são tão significativas quanto as revelações pessoais, as respostas diretas ao paciente e as respostas a

perguntas. De fato, a produção imagética espontânea, os sonhos, as fantasias e as expressões artísticas são:

“[...] a expressão de um processo psíquico involuntário e inconsciente além do controle da mente consciente... mostra a verdade e a realidade interiores do paciente como realmente são: não como eu conjeturo que sejam e não como ele gostaria que fossem, mas como elas são” (WHITMONT, 2002, p. 34).

Após a formulação do conteúdo inconsciente, o ego reage e ocorre a confrontação entre os opostos, da qual pode resultar o aparecimento de um terceiro elemento que é o símbolo, através da função transcendente (JUNG, 1998, VIII / 2). A função transcendente, produção espontânea de compensações inconscientes, é assim chamada porque favorece a passagem de uma constituição psíquica para outra, mediante uma tensão opositora (JUNG, 1980, CW XI / 5).

A expressão consciente do material de fantasia arquetípica em formas concretas geralmente tem o efeito de transformar, e assim, aliviar a pressão que vem do inconsciente (WHITMONT, 2002). A produção de uma imagem ou forma da atividade inconsciente constelada permite que a consciência tome uma atitude diante do que antes era inconsciente e produzia, em lugar de percepção e compreensão, sintomas (HALL, 1995).

Jung (1985, CW XVI / 1 § 106) explica que a expressão por meio de um pincel, um lápis ou uma pena permite que o paciente seja ativo em seu processo de individuação, pois, “[...] passa a representar coisas que antes só via passivamente e dessa maneira elas se transformam em um ato seu. Não se limita a falar do assunto. Também o executa”. O autor acrescenta que, aprendendo a fazer isso, o paciente se torna independente em sua criatividade (não depende de sonhos e nem do psicólogo), pois pinta suas fantasias ativas que estão mobilizadas dentro de si, dando-lhes um novo sentido.

Os testes psicológicos projetivos gráficos fundamentam-se na idéia de que uma situação não estruturada será estruturada de forma significativa pelos conteúdos da mente inconsciente constelados à época da aplicação do teste (HALL, 1995). Jung (1998, CW VIII / 2 § 402) afirma que é um impulso inconsciente que decide quanto à configuração que deve surgir e que cria forma e significado idênticos, de modo que “[...] à medida que a primeira assume contornos definidos, a segunda se torna mais clara”.

A projeção não oferece escolha; ela é a realização de um conteúdo psíquico inconsciente; é o primeiro estágio de consciência, ainda inadequado, mas importante por evocar, através de elementos externos, uma visão interior que, por enquanto, é vivenciável apenas nesses termos (WHITMONT, 2002).

Para a compreensão do símbolo, é necessário uma “[...] certa intuição que capta, aproximadamente, o sentido desse símbolo criado e o incorpora na consciência” (JUNG, 1991, CW VI § 162). A interpretação junguiana não diz como é exatamente a situação psíquica, mas sim que as imagens simbólicas descrevem a situação sob a forma de analogias ou parábolas (WHITMONT, 2002). O enfoque deve ser no sentido que os símbolos em questão têm para o paciente, em vez de se atirar em generalizações sobre o seu significado, pois, para saber o que subjaz na psique de um indivíduo, esse sentido deve ser determinado em termos da linguagem simbólica própria do indivíduo (FURTH, 2004).

Com efeito,

“O fato de não existirem regras nem receitas universais na psicologia prática é o suficiente para levar qualquer um ao desespero. Existem apenas casos individuais com necessidades e demandas as mais heterogêneas possíveis – tão heterogêneas que praticamente nunca podemos saber antecipadamente o curso que o caso vai tomar, razão pela qual é melhor que o médico abandone qualquer opinião preconcebida. Isso não significa que ele deve jogá-la fora, mas que em todos os casos ele deva usá-la apenas como hipótese para uma possível explicação” (JUNG, 1966, CW XVI, P. 71 apud FURTH, 2004, p. 167).

Jung (1998, CW VIII / 2) se preocupava em fazer com que a interpretação desembocasse em uma questão cuja resposta fosse deixada à livre atividade da fantasia do paciente. O psicólogo não deve se fixar em uma determinada hipótese devido às suas associações pessoais, mas deve deixar que as associações do paciente se desenvolvam, permitindo que o mistério e a ambigüidade dos conteúdos do paciente surjam (FURTH, 2004). Em se tratando de forma e conteúdo, a condução do processo deve ser deixada, tanto quanto possível, às idéias e associações casuais inconscientes, ainda que seja uma situação penosa para a consciência (JUNG, 1998, VIII / 2 § 178).

Furth (2004) aponta as associações e as amplificações como modos de se atingir o objetivo de ativar o poder curador do símbolo. Associações são os conteúdos que por acaso vêm à mente quando uma imagem é considerada, sejam elas racionais ou irracionais; e a amplificação é uma descrição mais racional daquilo que a imagem significa para o indivíduo (WHITMONT, 2002). A amplificação é um esclarecimento, uma generalização e uma aproximação de um conceito mais ou menos geral (JUNG, 2002, CW IX / 1).

Segundo Hall (1995), as amplificações mais comuns ocorrem em três níveis: o pessoal, o cultural e o arquetípico.

“A elevação do dado irracional a nível de um conceito geral, faz aparecer o significado universal do tema e encoraja a mente indagadora a estudar seriamente o assunto. Esta tarefa envolve uma série de reflexões e deduções de natureza técnica [...] Este trabalho intelectual representa uma solução típica da questão simbólica. [...] Só deste modo o sentido das conexões inconscientes pode ser elaborado a partir delas mesmas, contrariamente àquelas interpretações dedutivas, derivadas de uma teoria preconcebida” (JUNG, 2002, CW IX / 1).

De acordo com Fierz (1997), a criação do símbolo por si só já produz um efeito direto na psique, mas para uma melhor assimilação do seu sentido é preciso uma apreciação subjetiva, uma compreensão do seu significado e do seu valor para o sujeito. No entanto, o autor alerta para que se tome:

“[...] cuidado para não debilitar a linguagem da imaginação criativa e ativa com a linguagem interpretativa dos conceitos, privando a imagem de seu efeito terapêutico direto. [...] O fundamental é apreciar o trabalho; e, com frequência, o importante não é sequer o resultado, e sim o processo da execução” (p. 434).

O perigo do desejo de entender o sentido material tratado é supervalorizar o aspecto do conteúdo que está submetido a uma análise e a uma interpretação intelectual, deixando com que se perca o caráter essencialmente simbólico do objeto (JUNG, 1998, CW VIII / 2). Whitmont (2002, p. 19) ressalta que, por mais que se traduza o conteúdo simbólico para conceituações acessíveis, esta tradução não pode ser completamente adequada, porque uma imagem aponta para muito mais do que pode ser colocado dentro de um conceito abstrato.

Para Furth (2004), um dos maiores perigos das técnicas projetivas é acreditar que o que é produzido é absolutamente individual, esquecendo que há obras cujo símbolo provém do inconsciente coletivo, cujas imagens são primitivas e pertencem ao patrimônio comum de toda humanidade. Jung (1998, CW VIII / 2, § 401) observou que as imagens que encontrava nas produções dos seus pacientes se reduziam:

“[...] a determinados temas e elementos formais que se repetiam de forma idêntica ou análoga nos mais variados indivíduos. [...] Estes fatos mostravam-nos, de modo inequívoco, como as fantasias dirigidas por reguladores inconscientes coincidem com os documentos da atividade do espírito humano em geral, conhecidos através da tradição e da pesquisa etnológica”.

Para a compreensão intelectual e emocional das imagens, “[...] a fim de integrá-las ao consciente, não só racional, mas moralmente, elas também têm que ser submetidas a um trabalho de interpretação sintética” (JUNG, 1985, CW XVI / 1 § 111). Jung (1999, CW VII / 1) acredita que, quando se percebe que os símbolos trazidos não são mais passíveis de serem reduzidos a reminiscências pessoais, ou seja, quando emergem imagens do inconsciente coletivo, é preciso que se utilize o método sintético ou construtivo, que integra o material simbólico da fantasia numa expressão conjunta e coerente, diferentemente do método

reduutivo-analítico, que trabalha decompondo-o em seus componentes. Segundo o autor, “seria insensato querer reduzir tais idéias coletivas a assuntos pessoais” (§ 122). Em sua reflexão,

“O método terapêutico da psicologia complexa consiste por um lado numa tomada de consciência, o mais completa possível, dos conteúdos inconscientes constelados, e por outro lado numa síntese dos mesmos com a consciência através do ato cognitivo” (JUNG, CW IX / 1 § 84).

Uma importante condição para compreender os conteúdos inconscientes de um indivíduo, o terapeuta deve estar atento à sua própria individualidade (FURTH, 2004). Jung (CW XVI / 1 § 198) sugeriu que o analista dispensasse seu equipamento de métodos e teorias e confiar, velando principalmente por sua personalidade. De acordo com o autor,

“Todo psicoterapeuta não só tem seu método: ele próprio é esse método. O grande valor de cura na psicoterapia é a personalidade do médico. As teorias são invitáveis, mas não passam de meios auxiliares. [...] É necessário um grande número de pontos de vista teóricos para produzir, ainda que aproximadamente, uma imagem da multiplicidade da alma”.

Furth (2004) explica que Jung não descreve em sua obra uma abordagem sistemática sobre a interpretação de desenhos, no entanto, alguns estudiosos junguianos trataram do tema, tais como Susan Bach (1966 / 1975), Jolande Jacobi (1973) e John Allan (1978). Em seus próprios estudos sobre a temática, o autor esclarece que uma compreensão de desenhos tem os mesmos princípios que a da argila, da colagem, da fotomontagem, da escultura e outros tipos de arte.

McCully (1980) afirma que as técnicas projetivas são dotadas de qualidades estruturais que podem ativar as fontes arquetípicas, sendo possível observar os efeitos da sua atividade nos desenhos de um indivíduo. Furth (2004) considera fundamental para a compreensão da linguagem simbólica dos desenhos que a figura seja aceita como um método válido de comunicação com o inconsciente e de transmissão da sua intenção de maneira confiável¹¹, de modo que,

“Não importa qual o tipo de desenho que foi feito, já que todos os desenhos levam a conteúdos do inconsciente ou da psique do indivíduo. [...] A maioria das técnicas projetivas fornece informações válidas, e nenhuma é mais importante do que as

¹¹ “A validade em uma figura significa que ela demonstra (ou testa) o que pretende demonstrar (ou testar), por exemplo, conteúdos psicológicos reprimidos ou não desenvolvidos, que são ricos e relevantes” (FURTH, 2004, p. 57).

outras. A técnica específica usada depende da situação atual do indivíduo e de quais ferramentas funcionam melhor para o terapeuta e para o paciente” (p. 64).

Furth (2004) apontou outras importantes recomendações para compreensão dos desenhos, dentre elas:

- Avaliar o desenho como um todo, procurando realizar uma síntese do que se descobriu a partir dos componentes individuais. Não se devem desconsiderar as marcas feitas nos desenhos, entendendo-as como erros, acidentes, lapsos ou esquecimentos;

- Entender que todo desenho como válido, procurando compreender é preciso saber sob quais circunstâncias foi feito.

“A situação - que inclui os materiais disponíveis, as instruções dadas, a iluminação, o ambiente em geral e todas as variáveis externas - pode exercer um efeito enorme sobre a forma das figuras e sobre o que elas revelam. Fatores externos devem ser checados regularmente na coleta de desenhos para interpretação” (p. 68);

- Começar o trabalho de avaliação de um desenho por qualquer aspecto, tais como cor, forma, tamanho, ou direção de movimento, pois, todos estão interligados e trazem informações significativas sobre conteúdos simbólicos;

- Comparar o desenho com o estado do mundo físico real acima e além do que está representado na figura, o que envolve o país, a raça, a religião e a época do ano. “O que pode ser estranho ou esquisito no mundo de um pode não o ser no mundo de outro que pertença a outra cultura” (p. 113);

- Observar, através do desenho, em que momento o indivíduo está em sua jornada psíquica, em seu caminho pela individuação;

- Procurar não abordar a figura com idéias preconcebidas, acreditando que o psiquismo dos indivíduos é o mesmo. “Uma mente aberta é vital para a interpretação produtiva de um desenho e para ajudar o paciente a seguir o seu próprio caminho, não o caminho que acreditamos que ele deva seguir” (p. 49).

- Ficar um bom tempo com a figura, estudando-a, medindo-a, até mesmo esboçando-a e desenhando-a de novo, prestando atenção em quanto tempo e quanta energia são gastos nas diferentes partes do desenho.

A prática analítica junguiana não visa melhorar a pessoa, pois não realiza julgamentos de valor, mas sim ajudar a se tornar consciente de quem se é, passando a conhecer suas forças e fraquezas (SHARP, 2005). A conscientização de medos e emoções inconscientes, possíveis através do desenhar, permite que esse conteúdo inconsciente seja confrontado e resolvido (FURTH, 2004).

O uso de desenhos, sonhos, fantasias e imaginação ativa ou outras formas de comunicação simbólica amplia a conscientização (WHITMONT, 2002). Segundo Furth (2004, p. 48), através de uma interpretação gráfica embasada na teoria junguiana é possível conhecer “[...] nossas fraquezas, nossos medos e aspectos negativos, assim como nossas forças, conquistas e potenciais ainda não usados, levando-nos a um maior insight sobre quem realmente somos”.

Hall (1995) explica que a análise junguiana possibilita que o indivíduo se torne mais profundo e integrado, mais capaz de caminhar em direção à individuação contando apenas com a orientação interna (conforme a necessidade, das profundezas da nossa própria psique), além de permitir que esteja mais próximo dos outros e mais aberto a eles, sem deixar de ser a pessoa que realmente somos.

CONCLUSÃO

A teoria de Carl G. Jung é uma alternativa que o psicólogo pode assumir para entender o paciente de modo compreensivo e dinâmico, inclusive no emprego de estratégias de avaliação psicológica. O objetivo da Psicologia Analítica é facilitar a individuação, fazendo com que o paciente se torne quem ele, de fato, verdadeiramente é. A conscientização de aspectos inconscientes, como medos e fraquezas, é fundamental nesse processo por possibilitar que o conteúdo inconsciente seja confrontado e resolvido, promovendo a emergência de símbolos e, em decorrência, a saúde mental do sujeito.

Diversas técnicas imaginativas podem ser usadas na prática junguiana para facilitar a percepção da consciência, sendo o sonho o objeto clássico do trabalho analítico. Jung propõe, como recurso para conhecer o paciente, a *técnica de imaginação ativa*, que é utilizada através da linguagem verbal e também por outros modos de expressão, como a escrita, o jogo na caixa de areia e o desenho. Esse recurso teria a vantagem de fazer com que o sujeito seja ativo em seu processo de individuação, além de servir como um exercício destinado à expansão e independência de sua criatividade.

No campo do Psicodiagnóstico/avaliação psicológica, as idéias de Jung podem constituir um meio para a compreensão das técnicas projetivas gráficas, no sentido de também contribuir para ativar e conhecer fontes arquetípicas inconscientes. Quando o indivíduo é colocado diante de uma situação pouco estruturada, para resolvê-la, deverá se reorganizar apelando para sua estruturação interna (conteúdos inconscientes constelados à época da aplicação da técnica), que se projetará no desenho através da formação do símbolo. O inconsciente teria uma afinidade em se expressar através de imagens pictóricas de modo mais direto, pois o desenho parece ser uma linguagem elementar e básica, provavelmente utilizada pelos povos primitivos antes mesmo da elaboração da fala.

Jung sugere que a *função transcendente* é a que permite que a tensão entre o consciente e o inconsciente (os opostos) se resolva através de um conteúdo simbólico. A criação do símbolo por si só produziria efeitos positivos na psique, mas parece ser importante analisar o seu sentido, compreendê-lo subjetivamente, através do uso do método sintético-construtivo, o qual o integraria numa expressão conjunta e coerente.

Por fim, para a compreensão de uma produção gráfica na perspectiva junguiana, há a indicação de que o profissional esteja constantemente estudando, especialmente sobre a análise de sonhos, sobre mitos e folclores; que treine sua capacidade aperceptiva e sua habilidade, acumulando experiência; assim como tenha a responsabilidade de zelar pela sua própria personalidade, através da submissão a uma psicoterapia. Sobretudo, faz-se necessário a deferência pela condição humana e pelos obstáculos que todos enfrentamos no longo e árduo processo de individuação.

REFERÊNCIAS

- ARZENO, M. E. **Psicodiagnóstico clínico: novas contribuições**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- BENEDITO, V. L di Y. **Amor conjugal e terapia de casal: uma leitura arquetípica**. São Paulo: Summus, 1996.
- BUCK, J. N. **H-T-P: casa-árvore-pessoa, técnica projetiva de desenho: manual e guia de interpretação**. São Paulo: Vetor, 2003.
- CAMPOS, D. M. de S. **O teste do desenho como instrumento de diagnóstico da personalidade**. 38ª ed. Petrópolis: Vozes, 1969.
- CUNHA, J. A. **Psicodiagnóstico-V: 5ª edição revisada e ampliada. 3ª reimpressão**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- FIERZ, H. K. **Psiquiatria junguiana**. São Paulo: Paulus, 1997.
- FURTH, G. M. **O mundo secreto dos desenhos: uma abordagem junguiana da cura pela arte**. São Paulo: Paulus, 2004.
- GRASSANO, E. **Indicadores psicopatológicos nas técnicas projetivas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.
- HALL, J. A. **A experiência junguiana: análise e individuação**. 10ª ed. São Paulo, Cultrix, 1995.
- _____. **Jung e a interpretação dos sonhos: manual de teoria e prática**. 12ª ed. São Paulo, Cultrix, 2000.
- HAMMER, E. F. **Aplicações clínicas dos desenhos projetivos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.

JUNG, C. G. **Aion**: estudos sobre o simbolismo do si-mesmo. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988, CW IX / 2.

_____. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002, CW IX / 1.

_____. O casamento como relacionamento psíquico. In: JUNG, C.G. **O desenvolvimento da personalidade**. Petrópolis: Vozes, 1981, C.W. XVII.

_____. **O espírito na arte e na ciência**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991, CW XV.

_____. **O eu e o inconsciente**. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000, CW VII / 2.

_____. **Fundamentos de psicologia analítica**. Petrópolis: Vozes, 1972, CW XVIII/ 1.

_____. **A prática da psicoterapia**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999, CW XVI / 1.

_____. **Psicologia do inconsciente**. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987, CW VII / 1.

_____. **Psicologia e religião oriental**. Petrópolis: Vozes, 1980, CW XI / 5.

_____. **A natureza da psique**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998, CW VIII / 2.

_____. **Tipos psicológicos**. Petrópolis: Vozes, 1991, CW VI.

JUNG, E. **Animus e anima**. 3ª ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

KAST, V. **A dinâmica dos símbolos**: fundamentos da psicoterapia junguiana. São Paulo, Edições Loyola, 1997.

KUBLER-ROSS, E. Prólogo. In: FURTH, G. M. **O mundo secreto dos desenhos**: uma abordagem junguiana da cura pela arte. São Paulo: Paulus, 2004.

MCCULLY, R. S. **Rorschach: teoria e simbolismo**: uma abordagem junguiana. Belo Horizonte: Interlivros, 1980.

MCNEELY, D. **Tocar**: terapia do corpo e psicologia profunda. São Paulo: Cultrix, 1995.

OCAMPO, M. L. S. de / ARZENO, M. E. / PICCOLO, E. G. e colaboradores. **O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas**. 10ª ed. São paulo: Martins Fontes, 2001.

PERERA, S. B. **Caminho para a iniciação feminina**. São Paulo: Paulus, 1985.

SAMUELS, A. / SHORTER, B. / PLAUT, A. **Dicionário crítico de análise junguiana**. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

SANFORD, John A. **Os parceiros invisíveis**: o masculino e o feminino dentro de cada um de nós. São Paulo: Paulus, 1987.

SHARP, D. **Conhecendo a si mesmo**: o avesso do relacionamento. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2005.

SILVEIRA, N. da. **Jung**: vida e obra. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor S.A., 1975.

TRINCA, W. **Formas de investigação clínica em psicologia**: procedimento de desenhos de família com estórias. São Paulo: Vetor, 1997.

VAN KOLCK, O. L. **Testes projetivos gráficos no diagnóstico psicológico**. São Paulo: EPU, 1984.

_____. **Interpretação psicológica de desenhos**: três estudos. São Paulo: Pioneira, 1968.

VON FRANZ, M. - L. **Psicoterapia**. São Paulo: Paulus, 1999.

YOUNG-EISENDRATH, Polly. **Bruxas e heróis**: uma abordagem feminista na terapia Junguiana de casais. São Paulo: Summus, 1995.

WHITMONT, E.C. **A busca do símbolo**: conceitos básicos da Psicologia Analítica. 5ª ed. São Paulo, Cultrix, 2002.